



Texto aprovado no VI Encontro Nacional de Negros e Negras PT

O COMBATE AO RACISMO NO PT É OUTRA HISTÓRIA

1 - CONJUNTURA E PERSPECTIVA

1.1 - Internacional: ampliação da violência, da miséria, pobreza, do racismo e dos conflitos étnicos.

“A nova ordem econômica, política e militar capitalista concentra cada vez mais conhecimento, poder e riqueza nos países ricos do Norte (onde também existe desemprego e miséria), ao mesmo tempo que torna insustentáveis às condições de vida da maioria da população do planeta”

A nova situação internacional - I Congresso Nacional do PT - Novembro de 1991

Esta era a conjuntura internacional quando da realização do I Congresso Nacional do PT.

Atentos a nova onda de racismo no velho mundo, decorrência dos níveis de pobreza dos países do terceiro mundo, a militância anti - racismo anunciava um cenário onde seres humanos cruzavam suas fronteiras em busca de comida e trabalho; uma corrida de famintos do mundo pobre em busca das migalhas do pretense mundo rico, onde ressurgia o velho nacionalismo Europeu.

Nesse mundo erguia - se um muro, cimentado pelo racismo e pela intolerância, em defesa do também velho binômio paz e prosperidade (incompatíveis com a “desordem e a irracionalidade” de um outro mundo, de outras cores, línguas, religiões e culturas) em nome do qual o branco europeu sempre explorou, dominou e exterminou outros povos.

Neste mesmo cenário um outro muro caía. Com ele desmoronavam os regimes do Leste Europeu e uma grave crise corroía a antiga URSS, atingindo em cascata os países que compunham o bloco do chamado campo do socialismo real.

A mesma militância anti - racismo acusava o simplismo e o reducionismo das análises e defesas deste tipo de socialismo cuja miopia não permitiu a compreensão da importância da questão racial e étnica no processo de transformação em curso naqueles países, presentes na vida dos Ucrânicos, Bálticos, Moldovos, Azerbaijanos, Armênios, Georgianos e Russos, desde antes da Revolução de 17 até os dias da Perestroika. Um dos fatores fundamentais do desmantelamento do socialismo real e das transformações políticas, econômicas e culturais daqueles países que nele se referenciavam.

Se naquele momento, o do I Congresso, esse cenário para alguns de nossos militantes incrédulos se aproximava mais de um roteiro de um filme de ficção, o cenário internacional para o II Congresso apresenta-se ainda mais complexo e incerto.

O século XX chega ao seu final acompanhado da mais intensa miséria e desestruturação social, econômica e cultural de que se tem registro. E ao que assistimos ? O aprofundamento da contradição do sistema capitalista que busca reorganizar-se, dividindo e excluindo alguns setores da população no interior desse sistema.

O processo produtivo ao desenvolver um grau de avanço tecnológico, capaz de suprir as necessidades básicas de toda a população do planeta, deixa de realizá-lo por conta da lógica da acumulação capitalista. Com isso, reduz à miséria mais de 2/3 da população mundial e, ao mesmo tempo, mantém uma guerra não

declarada aos africanos em África e na diáspora.

Para estas populações atingidas por um intenso processo de destruição e expropriação dos seus marcos culturais, através de mecanismos ideológicos elaborados com vista a negação e desmonte do seu processo civilizatório, a atual crise estrutural só vem acirrar um processo que não se inicia agora.

O crescimento econômico é acompanhado de uma violenta concentração de renda, permitindo que duas pessoas detenham renda equivalente ao do Produto Interno Bruto (PIB) de 48 países, do capitalismo periférico. Este modelo provoca profundas diferenças entre nações e no interior de suas populações, a partir de uma matriz ideológica de afirmação do modelo social e econômico vigente.

O PIB mundial, segundo a última conferência realizada pela ONU, era de US\$ 2 trilhões. Já a movimentação desse capital, nos últimos 40 anos, obedeceu a uma lógica que faz com que 70% deste montante seja permanentemente manipulado pelos países capitalistas industrializados, enquanto os 30% restantes são alternadamente disputados através de mecanismos capitalistas modernos (mercado financeiro, produção, comercialização, etc), num processo cíclico de períodos de desenvolvimento e crises dos países ditos emergentes ou do capitalismo periférico, como aqueles da América Latina, África e Ásia.

Nos países da Europa a xenofobia, os discursos e práticas neonazistas vão se ampliando na mesma proporção da ampliação da miséria e da pobreza nas ruas desses países. Recentemente, no ano de 1997, preocupada com essa realidade a União Européia declarou o ano de 1997 como sendo o "Ano Europeu contra o Racismo". Um pouco antes, em 1994, nasceu em Portugal a frente anti-racista.

A recente guerra na Iugoslávia demonstrou as consequências do discurso da "limpeza étnica" em Kosovo que garantiu a vitória de Eslobodan Milogovicht nas últimas eleições do país. A ocupação da região por soldados americanos, russos, ingleses, alemães, italianos e franceses, orientados pela OTAN, agravou ainda mais a situação que aliada aos permanentes conflitos étnicos entre sérvios, bósnios e croatas, transforma aquela parte do mundo em uma também permanente "zona de guerra".

Nos Estados Unidos, berço da ideologia neoliberal e do capitalismo financeiro, a situação econômica tem aumentado a pobreza, a fome e a violência entre os afro-americanos. Em contrapartida os lucros dos empresários americanos ganham cifras astronômicas no ranking das grandes fortunas do mundo.

A juventude negra americana sem perspectivas de emprego e educação está sendo exterminada, vítima da violência policial, das brigas entre gangues e das drogas.

As ações afirmativas, conquistas do movimento negro americano, vem sofrendo um desmonte brutal, reacendendo as situações de discriminações no mercado de trabalho, nas escolas e em outros setores.

Diante dessa realidade o combate ao racismo volta a ser uma prioridade dos afroamericanos e estão sendo criadas as condições para uma nova radicalização da luta negra nos Estados Unidos.

O Continente Africano, mesmo com algumas transformações nas estruturas sociais e políticas de países africanos motivadas pela luta de suas populações diante da colonização européia, está sendo abandonado pelo resto do mundo.

No Continente negro, quatro milhões de crianças morrem anualmente vítimas de doenças endêmicas (sarampo, malária, cólera, etc). Dois terços dos portadores do vírus HIV de todo o planeta encontram-se na África. Estima-se que no decorrer da próxima década dois milhões de homens, mulheres e crianças irão morrer vítimas da doença. Só em 1998, a AIDS vitimou os mesmos dois milhões de pessoas, com a média de 5.500 mortes por dia.

Por imposição de séculos de dominação e do imperialismo a África negra está na contramão da história. Enquanto nos países centrais a expectativa de vida aumentou, em média, vinte anos desde o início do século, na África a expectativa de vida vem caindo de forma alarmante.

Segundo projeção realizada pela divisão de população da ONU, em 2005, a expectativa de vida em Zimbabue vai cair em mais de um terço, de sessenta para algo em torno de quarenta e um anos. Em Botswana a situação é ainda mais dramática, com uma queda que atingirá a faixa dos vinte e nove anos.

Este quadro nos coloca diante de uma dura realidade. Viver, para uma parcela bastante significativa da população do planeta, não passa de um pequeno lapso de tempo entre nascer e morrer.

Resgatar a esperança para as populações do Continente Africano é uma tarefa da militância petista. Assim como reacender a solidariedade internacional no combate ao racismo e a preocupação permanente com os conflitos étnicos, deve ser um dos compromissos de nosso Congresso.

1.2 - Brasil: o neoliberalismo de Fernando Henrique amplia a exclusão e as desigualdades sócio - raciais.

“O lugar do Brasil é no primeiro mundo e é para lá que estamos caminhando”.

A frase é de Fernando Collor e é parte de um discurso do então Presidente, na última reunião de seu governo em 1990.

Ela expressa a intenção da implantação da ideologia neoliberal através de propostas que defendiam a “modernização” da sociedade brasileira.

Nosso I Congresso em suas conclusões se opunha as intenções de Collor e afirmava ser impossível falar em modernização do país sem a garantia de direitos sociais num quadro crescente de concentração de renda e de exploração cujos resultados e consequências conseguimos antever em nosso Congresso.

Dando uma salto na história, para o Brasil de 1999, a hegemonia neoliberal esboçada com Collor ganhou força e está sendo implementada por Fernando Henrique Cardoso com o apoio do maior bloco de forças conservadoras articulado na história da política brasileira.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso, ao dar continuidade a aplicação do projeto neoliberal, iniciado no Governo Collor, aprofundou as marcas sociais do racismo brasileiro.

Cresce o desemprego particularmente entre os trabalhadores negros; passamos a ocupar o trabalho informal sem nenhuma garantia trabalhista.

Partindo de reivindicação de uma reunião de militantes do movimento negro realizada no Rio Grande do Sul, um estudo feito pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas Sócio-Econômicas) por solicitação do Inspir (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial), dirigido pela CUT, CGT, Força Sindical, AFL-CIO e ORIT, o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho no Brasil, mostrou que em cinco das seis regiões metropolitanas pesquisadas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo), os negros estão com os piores indicadores. Na Grande São Paulo, o rendimento mensal médio em 98 de um branco ocupado (emprego, trabalho informal, bicos esporádicos, etc.) foi o dobro de um negro. Um homem branco ganhou R\$1.188,00. A mulher branca, R\$750,00. O homem negro, R\$601,00. E a mulher negra, R\$399,00

O mapa da População Negra no Mercado do Trabalho no Brasil mostra que a taxa de desemprego é maior entre os chefes de família negros do que entre os brancos nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. Em Salvador, a taxa de desemprego dos chefes de família negros é de 74,2% superior a dos brancos. A menor diferença está em Recife: 38,8%.

O precário sistema de atendimento social público (saúde, educação, previdência e assistência social, moradia popular) está sendo desmantelado e isto afeta diretamente a população negra e pobre.

A juventude negra, sem emprego e fora da escola, está sendo dizimada (a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo) pela violência policial, marginalidade e envolvimento com as drogas. Levantamento realizado pelo Ouvidoria da Polícia de São Paulo demonstra que a Polícia Militar paulista matou 202 pessoas no período de julho a setembro deste ano. Deste total, 125 eram negras. Ou seja, os negros, na maioria jovens e homens, representam 62% do total das vítimas dos policiais civis e militares.

No campo, as populações negras também são vítimas das ações do latifúndio e da inexistência de uma reforma agrária; as comunidades negras rurais não conseguem implementar seus direitos constitucionais de propriedade da terra onde vivem há longos anos.

O governo de FHC, ampliou a exclusão e as desigualdades sócio - raciais em nosso país. Essa constatação fortalece a convicção da impossibilidade de se construir a cidadania dos negros e negras e de superarmos o racismo nos limites da sociedade brasileira atual.

Superar o racismo implica, antes de tudo, garantir condições iguais e dignas de vida para todos e a superação das desigualdades de raça, classe e gênero. Implica em redistribuição radical das riquezas, em redirecionamento dos gastos públicos e das políticas públicas, priorizando a população menos favorecida

Estes dados e estas constatações indicam que no Brasil, assim como no mundo todo, a grande massa

de pessoas desprovidas de qualquer recurso material sem sombra de dúvida é de origem africana e que o tratamento dispensado pelo poder político a essas pessoas tem sido historicamente como caso de polícia.

As sucessivas transformações tecnológicas na maneira de produzir, provocaram e provocam um distanciamento social muito maior, condenando esses povos ao extermínio na medida que a cada "revolução industrial", mais difícil se torna o seu acesso aos meios de sobrevivência.

Hoje, o que ocorre é o império do terror na medida que o Estado impõe uma política de extermínio, condenando esse povo a ser prisioneiro do narcotráfico, por exemplo.

Nesse sentido, é necessário que nesse II Congresso, o PT defina um conjunto de políticas que efetivamente garantam uma saída coletiva para esse povo, rompendo com a dinâmica integracionista que, no limite de sua aplicação, oferece tão somente saídas individuais, ao contrário do que necessita nosso povo, ou seja, políticas que garantam a cidadania de toda a comunidade negra nesse país.

2 – CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA: COMBATER O RACISMO É CONSTRUIR O PARTIDO DOS TRABALHADORES

A militância negra no Brasil sempre foi organizadora, como diria o professor Clóvis Moura, "O negro brasileiro foi sempre um organizador". Quando olhamos nossa história ao longo dos pretensos quase 500 anos, verificamos que em todos os momentos, alguma forma de organização, de resistência foi assegurada pela população negra.

No período colonial os quilombos apresentaram-se como uma das formas de resistência a escravidão. O suicídio, assassinato de senhores, fugas individuais foram outras tantas formas de negar a condição de escravo e até de propor um modelo de sociedade, democrática e socialista. O trabalhador negro não lutava somente pela forma de exploração da sua força de trabalho, mas também e principalmente, para não perder a sua identidade, sentir-se humano era fundamental

Nos conta o historiador João José dos Reis, com base em documento datado de 1789, que na fazenda Santana em Ilhéus- BA, os escravos ocuparam a fazenda e permaneceram parados quase dois anos. Mataram o mestre de açúcar e se apossaram das ferramentas. Estes escravos escreveram um Tratado de Paz, documento ímpar na história do escravismo, onde exigiam: A redução da jornada e melhores condições de trabalho; controle das ferramentas do engenho; terreno para as suas hortas; um barco para facilitar a venda em Salvador do excedente de suas plantações; o nome indicado para feitor teria que ser aprovado por eles; e em cada semana queriam a Sexta e Sábado para trabalharem para si, tirando um desses dias por causa do dia santo. Os líderes do movimento caíram numa cilada armada pelo proprietário do engenho

No entanto, iniciativas como esta foram importantes para transformar o regime econômico e social do escravismo, que também contribuiu para o fortalecimento do movimento pelo fim da escravidão em 1888. Fazem parte de uma história de lutas do povo brasileiro que está sendo resgatada pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: Outros 500.

Após a abolição e todo o século XX, a realidade vem sendo marcada pela exclusão ou inclusão periférica da população negra em todos os setores organizativos e produtivos da sociedade brasileiras. Estas constatações, sustentam-se nos dados estatísticos alarmantes sobre as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, nível de escolaridade, desemprego etc.

As causas dessa situação, derivam da realidade do país, das características do racismo à brasileira.

O PT e o Movimento Negro.

O Partido dos Trabalhadores, é a expressão político partidária mais importante criada no Brasil contemporâneo. Marca indiscutivelmente um novo modo de fazer política, um novo modo de governar, um novo jeito de construir a democracia; enfim, propõe e constrói a partir de um novo método de participação, um Projeto de Nação, onde o pressuposto básico é a inclusão dos excluídos.

Essa trajetória que está marcando os vinte anos de PT, marca também, a trajetória e o ressurgimento praticamente de todos os movimentos sociais vivos e atuantes na atualidade. Com isso posto, não é possível fazer um balanço consequente dessa trajetória de 20 anos sem que a relação partido e os movimentos sociais esteja colocada. E no universo dos movimentos sociais, o movimento negro é peça chave para entender em alguma medida, os avanços, contradições e dificuldades do PT e dos Movimentos Sociais.

A População Negra no Brasil, representa 45,06% (IBGE), tem uma participação na força de trabalho, na maioria das regiões, acima da média da população não negra, embora trabalhe mais, receba menos, e tenha menor mobilidade, cruza toda vida social, cultural, religiosa e econômica do país.

Tem participado de todos os movimentos sociais organizados. No entanto, continua marginalizada, invisibilizada e com tímida presença de representação nos movimentos e no partido. Não trata-se mais de perguntar qual a participação da militância negra nos movimentos, mas sim, qual a política que os movimentos e o partido desenvolvem que dificulta a visibilidade da militância negra.

O Movimento Negro dos finais da década de 70 e o PT, são construídos num mesmo momento conjuntural do país, impulsionados por várias iniciativas de contestação política, seja contra a ditadura militar, a situação econômica, o arrocho salarial, por eleições diretas, contra a violência policial e tantos outros temas em pauta naquela conjuntura.

A militante e intelectual negra Lélia Gonzales (que integrou o primeiro Diretório Nacional de nosso Partido) afirmava que um militante negro para ser consequente na sua luta política, precisa estar militando na esquerda. Embora a contradição do debate sobre raça e classe, em especial no Brasil, confunda liberais, socialistas e comunistas, de fato, uma parcela considerável dos militantes negros está na esquerda, ou tem uma concepção que busca a transformação social como ponto de partida

Os liberais acreditam que o mercado/consumo resolve as diferenças raciais existentes, mesmo numa escalada crescente da pobreza e desigualdades. Por outro lado, para uma grande maioria de socialistas e comunistas, a questão é somente de classe.

As negras e negros militantes do PT, não podem abrir mão da centralidade de discussão de raça combinada com a questão de classe. Se o fizerem, seguramente igualam-se a quem discute somente o papel da classe social, entendendo que, mesmo assim, as colocações e compreensão do conceito de classe, apresenta-se de forma muito limitada para uma leitura da sociedade brasileira.

O Movimento Negro contemporâneo, nos últimos 30 anos, denuncia a violência policial, a arbitrariedade, a ditadura, mas afirma que o racismo no Brasil é estrutural e que está inculcado na formação, no pensamento e no cotidiano das práticas sociais. E que, portanto, o desenvolvimento econômico, as políticas educacionais, as políticas públicas no geral desenvolvidas nestas bases; são excludentes e evadas de discriminação racial

Entendemos que esse era e continua sendo um dos pontos para o partido desenvolver a sua ação partidária. Não revolucionamos e nem transformamos nada, sem que quebre as bases dos pontos que nos impedem a realização dessas profundas transformações, quando diante não sabemos, que a cultura política no Brasil, é em grande medida oligárquica, racista, e machista. O produto da consciência acaba, na maioria das vezes, sendo produto do meio em que vivemos, seja em qualquer nível de organização familiar, profissional ou partidária. Se este meio não tiver a capacidade de ser questionador e propositor de alternativas que possam se tornar concretas, acabamos por assumir o papel do chamado modelo crítico-reprodutivista, que questiona, critica, mas não transforma e acaba se tornando uma reprodução daquilo que contesta.

Ao longo das trajetórias do Movimento Negro e do PT, é importante observar que o Movimento Negro forjou militantes e quadros para o Partido. No entanto, somente nos últimos cinco ou seis anos é que inicia-se o desenvolvimento de algumas propostas que já estavam colocadas desde a fundação do partido, construídas pela militância negra que

organizava-se nos estados a partir da formação das comissões, núcleos e setoriais de negros do PT.

Portanto, não podemos pensar a construção partidária e o crescimento do Partido incorporando a questão racial, sem termos a necessária condição de disputar e ocupar os espaços de direção. Isso não quer dizer entrar na lógica da “disputa pela disputa” nos confundindo com aqueles que criticamos.

É necessário a disposição de cada militante de se libertar das amarras impostas pelas nossas próprias correntes ou transformá-las, efetivamente, em focos de aliados que, para além da compreensão da temática racial, tenham o compromisso de incorporá-la não apenas nos seus documentos, mas fazendo com que seus militantes negros (as) estejam juntos, nos postos de direção e de produção política-partidária.

É fundamental neste II Congresso, que o Partido aprove políticas que alcancem as dimensões da luta de combate ao racismo. A discriminação racial perpassa todos setores da sociedade, o que significa a importância de se tratar as opressões sobre uma outra lógica.

Os africanos e africanas, seja na África no momento da invasão européia, na diáspora brasileira, organizaram diferentes formas de contraposição e ruptura com o sistema dominador em curso. Inúmeras conquistas foram alcançadas. Como exemplo podemos citar:

- A articulação dos Quilombos até os dias atuais;
- A organização de lideranças e de revoltas relevantes durante o período colonial;
- A participação histórica na desconstrução do mito da “democracia racial”;
- A luta contra a violência racial;
- As reflexões e organizações das mulheres negras com base nos referenciais africanos, entre outros.

Mas ainda há muito a ser conquistado. Algumas dificuldades tem inviabilizado uma ação política mais democrática e construtiva de acordo com os anseios da classe trabalhadora composta pelo povo negro.

Neste sentido entendemos que é necessário buscar a construção de uma estratégia que resgate a humanidade desta população, rompendo os preconceitos e a discriminação, fazendo uma reflexão política sobre o erro histórico cometido contra a população africana, inclusive, reconhecendo a resistência desse povo como componente responsável na luta pelo socialismo.

O Combate ao Racismo na Atualidade e o Papel do PT.

A subordinação do governo brasileiro ao capital internacional, exige ainda mais do PT: a compreensão política de quem paga mais caro por esta conta. Os indicadores sociais e econômicos apontam para negros e mulheres, como sendo os que enfrentam um maior número de demissões e menores salários; na faixa da linha de pobreza as famílias negras representam um maior número.

A direita anda de lupa procurando encontrar nos últimos tempos uma denominada classe média negra, que representaria em torno de 7 milhões de pessoas. Ora a população negra representa no Brasil, em torno de 80 milhões, a pergunta é onde estão os outros 73 milhões ?

Todos sabem que estão nas camadas mais pobres da sociedade, representam o maior contingente de miseráveis, somam o maior número de meninos e meninas na rua; são os que em geral não acessam as políticas públicas. Por esses motivos é que o Brasil encontra-se com índices diferenciados à nível de desenvolvimento humano, quando comparamos negros e não negros (a ONU em 1996, classificou o Brasil na 63^a. posição; quando os mesmos dados são trabalhados com a população negra o índice sobe para 121^a..).

Mesmo com todas essas indiscutíveis evidências das desigualdades que afetam a população negra, que é produto da discriminação racial e do racismo, o PT ainda não tem uma política nacional que envolva o conjunto da estrutura do partido para atacar essa questão central. Entretanto, na atualidade, o PT ainda é o único partido capaz de construir um projeto de nação que seduza o conjunto dos sujeitos políticos do campo democrático e popular, e é neste universo que estão as principais organizações e lideranças do Movimento Negro.

Aprendemos no marxismo, enquanto uma teoria econômica social e política, a importância de compreendermos a realidade, de tê-la com o base indispensável para a

construção teórica e de ação política. Então, o que representa para nós petistas negros e brancos, mulheres e homens este Brasil que ruma para os 500 anos, com que cara?

Com base nessas indagações afirmamos que o papel do PT no combate ao racismo, neste cenário de final de século, é o de avançar numa política de construção partidária que fortaleça o movimento negro, amplie suas alianças e enraizamento visando a superação das desigualdades sócio-raciais de nosso país. Que nas eleições para 2000 e 2002, expresse nitidamente o compromisso com uma política anti-racista e de apoio a candidaturas negras. Que desenvolva propostas de políticas públicas de superação e combate ao racismo para os Estados onde governa e para prefeituras, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e congresso nacional onde se faz presente.

Este “gesto” não pode ser pontual, mas sim, uma política de construção partidária.

Não é necessário fazer um extenso histórico das investidas dos negros e negras do partido para tentar consolidar o debate sobre o combate ao racismo como parte integrante do discurso do PT. Porém, é preciso afirmar que a sempre desejada parceria com os não negros até hoje não logrou o êxito esperado

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e o PT.

Os partidos políticos, as centrais sindicais e tantas outras macro organizações, não representam e nem substituem o movimento negro. Embora isso pareça óbvio, deve ser tema de permanente atenção para a militância negra. E esse conflito, essa tensão e notória para a grande maioria dos militantes negros, por que em geral somos militantes do Movimento Negro no partido, e não, uma militância organizada e construída pelo próprio partido.

Reside aí, uma das tarefas da SNCR, o investimento na formação. A iniciativa feita com juventude negra e anti-racista inaugura uma fase importante da formação partidária. O outro aspecto é a chamada formação de “quadros”, este é um investimento fundamental para a construção das políticas de combate ao racismo nos estados.

Definitivamente as Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo não acontecem por “decretos” bem intencionados das direções. São os setoriais bem construídos que podem impulsionar a existência destas Secretarias. A fragilidade das Secretarias Estaduais construídas apenas a partir das disputas e interesses intra-correntes, e não pela construção da luta anti-racismo, são demonstrações explícitas dessa constatação.

A Secretaria Nacional é um instrumento para construção de políticas dentro e fora do partido. O seu ápice enquanto instrumento de política partidária será quando suas propostas se confundirem com o próprio partido. O fato do partido criar uma secretaria, não significa assumir integralmente uma política nacional de combate ao racismo e todas as suas consequências.

Conseguimos um avanço estupendo com a criação da SNCR e com o trabalho que estamos desenvolvendo desde 1995. Fincamos bandeira com a campanha “Faca a Coisa Certa” em 1996 e tivemos um papel de destaque na campanha de Lula e de alguns candidatos majoritários do partido, no ano de 1998. No entanto percebemos que todo esse potencial acumulado e colocado à disposição da estrutura partidária não nos abriu o caminho para a efetiva implementação do debate sobre a questão racial no interior do PT.

Os avanços da SNCR, das Secretarias Estaduais, bem como das Comissões Nacionais no Movimento Sindical, deverão estar em sintonia com os avanços do Movimento Negro. Enquanto militantes do movimento negro e do Partido precisamos avaliar profundamente suas políticas no mínimo dos últimos vinte anos. O Centenário da “Abolição”, questionado pela militância negra, a Marcha dos 300 anos de Imortalidade de Zumbi dos Palmares e o Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: outros 500 em curso.

Todas as atividades decorrentes desses momentos históricos, precisam serem traduzidos em pontos de avaliação e proposta, para subsidiar e nortear outros instrumentos de combate ao racismo e a discriminação racial que construímos.

Neste sentido não podemos confundir a tática com a estratégia. Por exemplo a implementação da Convenção 111, é sem dúvida uma conquista do Movimento Negro e do Movimento Sindical Cutista em particular, pois foi a CUT que formalizou a denúncia a OIT. Mas foi uma organização do movimento negro (o CEERT, de São Paulo) quem construiu as condições para que isso ocorresse.

Outro ponto importante é que independente do que uma força política do PT ou da CUT pense e avalie do governo FHC, a princípio todas são corretamente contra suas políticas. Ainda como exemplo, não podemos confundir a importância e a exigência que devemos ter para que seja implementada a convenção 111. Os sindicatos, as centrais, o movimento negro, os partidos, precisam assumir de fato a exigência do cumprimento da convenção, que é contra a discriminação de raça, gênero, sexo e todo tipo de preconceito.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo é uma conquista da militância negra petista, Os filiados ou simpatizantes, sabem o que significa combater o racismo num país que nega a si próprio, que referencia a cultura negra mas nega á população na prática, seus direitos econômicos e políticos.

É importante destacar que todos os instrumentos que construímos historicamente foram e continuam sendo importantes, e a SNCR, terá ainda, um significado maior se nós negros e negras e todos que combatem o racismo, militando no Partido dos Trabalhadores, acreditarem que a unidade política em torno dessa luta, pode ajudar a construir o nosso partido e um Brasil diferente solidário, negro e socialista.

3 - O PROGRAMA DO PT E O COMBATE AO RACISMO

As relações raciais no Brasil são marcadas por indicações que implicam em vantagens para a população branca e desvantagens para a população negra.

Desigualdades estas que não podem ser explicadas unicamente pela contradição principal que se estabelece entre os que detém os meios de produção e os que possuem apenas sua força de trabalho.

Outras contradições existem e tem sido expressas pelo movimento negro organizado no Brasil que, a partir da década de 70, ao discutir o racismo enquanto instrumento de exploração de classe consegue dar um novo rumo a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial em nosso país. A partir dessa compreensão o movimento negro passa a explicar mais objetivamente porque apesar da industrialização, mobilidade social, urbanização, alcançada pela sociedade brasileira até essa década, essas desigualdades persistem e a denunciar que o racismo atua como um instrumento de dominação social, determinando a participação subordinada de grupos não - brancos na estrutura de poder e riqueza da sociedade.

São desenvolvidos então importantes estudos que comprovam a discriminação racial no trabalho; a divisão racial de espaço / moradias; deficiências com recorte racial no atendimento a saúde e a alimentação; uma educação com conteúdos didáticos racistas; a violência e a exploração contra a mulher negra; meios de comunicação que depreciam a imagem e a auto - estima do negro; a violência policial e o extermínio das crianças e adolescentes negros e negras, etc.

Diferentes caminhos e estratégias tem sido utilizadas para a manutenção ou transformação dessa realidade que não consegue ser acobertada devido aos anos de organização e luta da população negra.

Historicamente, a estratégia utilizada pelo Estado Brasileiro tem sido a de garantir a manutenção do racismo e a conseqüente exclusão do povo negro dos espaços de desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Ao utilizar o racismo como um instrumento de dominação, tenta eliminar a possibilidade de conflito nas relações raciais e esvaziar a explosividade e o conteúdo revolucionário da luta anti - racismo.

Em contraposição a militância do movimento negro contemporâneo, em sua maioria organizada no PT desde a sua fundação, tem construído uma outra estratégia, de conteúdo revolucionário (o combate ao racismo é estratégico para a transformação social no Brasil) para a alteração do tratamento das relações raciais e para o combate ao racismo em nosso país.

Mesmo considerando as conquistas obtidas - a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo é uma delas - o debate e a implementação dessa estratégia não foi incorporada pelo PT nesses quase 20 anos de construção partidária: do manifesto de fundação do Partido ao manifesto do II Congresso ainda são limitados os avanços !

Um debate programático inconcluso: o racismo ainda é considerado uma questão de classe.

“As esquerdas brasileiras, até a década de 1970 não possuíam um discurso de combate ao racismo, mas alegavam que suas propostas contemplavam a população negra; o racismo sendo compreendido como consequência da pobreza generalizada dos negros, o que equivale dizer que racismo é uma questão de classe”

Essa constatação faz parte da tese de uma militante do movimento negro e do PT de São Paulo que estudou a postura da esquerda em relação ao combate ao racismo, utilizando documentos políticos das organizações clandestinas que resistiram ao regime militar e os documentos iniciais que permitiram a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Integra uma crítica da maioria das lideranças Anti-Racismo, do movimento negro contemporâneo e de estudiosos importantes como Florestan Fernandes e Otávio Ianni, que começam a alterar uma visão ortodoxa das esquerdas brasileiras, que nas suas teorias e práticas políticas não consideram a diversidade de nossa realidade, assim como seus aspectos culturais. E que, como exemplo, no tratamento de questões relativas à força de trabalho e emprego, não fazem uma reflexão sobre as condições específicas de inserção da população trabalhadora na estruturação produtiva, considerando fatores como raça/etnia, sexo e idade.

A história do movimento operário e popular no Brasil, como um exemplo a mais destes equívocos, é contada a partir das lutas operárias da década de 20 deste século ou então da fundação do PCB. Esquece-se dos grandes levantes dos trabalhadores escravizados, dos quilombos, da revolta dos Malês, de Búzios e tantas outras. Esquece-se dos movimentos de resistência entre o colonialismo e o capitalismo em ascensão em outros países no século anterior.

Mesmo admitindo avanços na incorporação dessas indagações entre as esquerdas, em especial no Partido dos Trabalhadores, pretendemos introduzir o debate visando a intervenção no II Congresso, em torno das estratégias para estas questões ainda compreendidas em nosso partido como Setoriais.

Resgatamos, nesse sentido, algumas das afirmações contidas no relatório do IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado no ano de 1996, que reforçam esse posicionamento:

“Apesar do PT se reivindicar portador de uma nova matriz no complexo universo político da esquerda e na trajetória histórica brasileira, isso não o imuniza diante da ideologia racista hegemônica. Além disso, decorridos mais de quinze anos de experiência petista podemos afirmar a cada dia com maior segurança que, mesmo com elementos diferenciados que dão certa originalidade ao partido, o PT é, sobretudo, continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco.

O PT, um partido com vocação socialista, interpreta as relações sócio - raciais como produto das desigualdades da formação social brasileira e incorpora tal interpretação no seu discurso programático, mas não trata esta questão como um eixo básico para a contra hegemonia na sociedade civil, e sim como uma questão de minoria. Por isso garante uma fatia do poder para os setores “minoritários” caso eles sejam capazes de pressionar para

obtê-lo. Essa fatia do poder será viável ao exercício da cidadania do negro, se os militantes negros e negras, tiveram capacidade de acumular força suficiente para se fazer representar nas instancias de poder. Mas essa alavanca não é impulsionada pelo partido na medida em que a concepção e ação advinda da relação raça e classe é embrionária na sociedade brasileira e tem reflexos no cotidiano de um partido, mesmo sendo ele o PT. O que adia a transformação das desigualdades sócio - raciais brasileiras."

Aparentemente, um debate que pode ser incluído no interior de uma alteração de estatuto partidário, ou seja, uma questão organizativa. Entretanto, ao encarar o combate ao racismo e a discriminação como setorial, como tarefa exclusiva dos próprios discriminados e atingidos pelo racismo, o PT comete um equívoco

político comum entre as forças de esquerda: qualquer proposta de transformação social não pode prescindir da incorporação dessas realidades consideradas como secundárias, mas como problemas sociais que reivindicam soluções gerais e componentes da totalidade de um projeto de uma nova sociedade.

O combate ao racismo é estratégico na transformação da realidade.

Todos esses pontos devem ser somados a uma leitura necessária quanto a crueldade do racismo brasileiro que é fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa metade da população brasileira. Que tem se perpetuado ao longo da história de formação do Estado brasileiro; nos 500 anos de invasão do Brasil é importante lembrar que seu desenvolvimento se deve a quase 400 anos de escravização e de utilização da força de trabalho de negros e negras.

A partir da compreensão, mesmo que esquemática, do conjunto das idéias aqui expostas é que constatamos a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Que é impossível a construção da cidadania do povo negro nos limites da sociedade brasileira atual. E que o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil como para pensarmos uma sociedade futura, multirracial, democrática e socialista, como nos ensina o eterno mestre e companheiro Florestan Fernandes em um de seus textos:

"Nunca haverá democracia no Brasil nem será possível a existência de uma república democrática enquanto persistir a desigualdade racial e a discriminação dos negros. Trata-se de uma liberação às avessas: o antigo escravo carrega consigo a solução do dilema número um do Brasil, pois de sua auto-emancipação coletiva depende a autoridade legítima e o próprio destino das antigas camadas senhoriais, dos seus descendentes e sucessores desenraizados da sociedade escravocrata. Voltamos à dialética do senhor e do escravo apontada por Hegel. Ou ambos serão livres, ou a liberdade de um forjará a sujeição do outro, bloqueando o advento da democracia como estilo de vida."

Neste ano de Congresso Nacional do PT, temos a responsabilidade de intervirmos positivamente na definição dos rumos que queremos dar ao nosso Partido, debatendo e formulando qual é o modelo adequado de organização e de programa que vamos propor e apresentar à sociedade. É hora de um balanço sério e compromissado, sem sectarismo, sem posturas anacrônicas que impossibilitam o debate. Mas com firmeza de princípios e disposição de defender as posições políticas que julgamos necessárias para alavancar nosso projeto de conquista de hegemonia junto à sociedade brasileira, afirmando que **o combate ao racismo no PT é outra história.**

A história de Palmares; de Dandara e Luiza Mahin; de Luiz Gama, do Negro Cosme, de João Cândido; das Revoltas Negras; dos negros e negras da Frente Negra Brasileira; de Solano Trindade, de Cunha e Correia Leite; de Lélia Gonzales, Beatriz

Nascimento e de Hamilton Cardoso; da vitoriosa Marcha contra o racismo, pela igualdade e a vida realizada em 1995, nos 300 anos de Zumbi.

Uma história que tem relação e se mistura com a luta dos trabalhadores, das mulheres, da juventude por um outro Brasil!

4 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO RACISMO

4.1 – Política e desigualdades

As principais iniciativas legislativas antidiscriminatórias no Congresso Nacional são encaminhadas por parlamentares ligados ao Partido dos Trabalhadores. O mesmo ocorre nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas. No entanto, essas iniciativas não são ainda o resultado de um trabalho partidário articulado. Uma das metas da SNCR ainda não implementada.

Na bancada petista na Câmara Federal, temos procurado encaminhar ações coletivas como forma de contribuir para superar as ações individuais e pulverizadas. Desse esforço de pensar mais coletivamente a questão racial, recentemente, surgiram a Frente Parlamentar Brasil - África e o projeto de criação de uma Comissão Especial para os 500 anos, voltada especificamente para projetos relativos a negros e índios, segmentos historicamente discriminados. Do mesmo modo são apresentados requerimentos e indicações ao Executivo e parlamentares e por iniciativa de Parlamentares do PT foi realizado um Seminário na Comissão de Economia para discutir relações raciais e desigualdades econômicas.

Entretanto, precisamos fazer uma reflexão séria e profunda sobre as dificuldades que encontramos para valorizar a questão racial no campo da política. Essa hesitação só contribui para reforçar injustiças seculares e os mecanismos de exclusão que são terríveis obstáculos à consolidação democrática.

Em razão dos esforços do Movimento Negro, o tema vem lenta e progressivamente penetrando nas instituições. O IBGE e IPEA, órgãos oficiais que realizam amplos levantamentos de indicadores sociais e econômicos e assessoram a execução de políticas econômicas, têm documentado em suas pesquisas a persistência de formas de seleção racial. Pode-se mesmo falar em uma consistente base de dados dos mecanismos de produção de desigualdades raciais. No entanto, não se tem notícia da elaboração de programas sociais e políticas econômicas que possam favorecer os afrodescendentes discriminados.

A XVII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada no início de setembro no Rio de Janeiro, incluiu pela primeira vez o tema "racismo e judiciário". Em dezesseis conferências, portanto, foi possível abordar temas como cidadania, direitos humanos, exclusão social, sem levar em consideração a opressão racial, os mecanismos que garantem a marginalização dos negros.

Pode-se com segurança afirmar que uma sólida tradição ideológica construiu um modo de ver a realidade brasileira que exclui sumariamente a dimensão racial dos segmentos subalternizados. Esse modo tão deformado de apreensão da realidade concreta também integra as dimensões mais profundas e conceituais dos segmentos progressistas.

Temos que aprofundar essa discussão se queremos dar centralidade no campo da política ao tema da discriminação racial. Não adianta falar de "políticas públicas", "políticas de ação afirmativa", sem atentar para o fato de que "política" é o núcleo desses sintagmas. Temos avançado pouco na politização do tema, ainda há muito a fazer para que ele seja incluído na agenda dos partidos e dos governos.

Seria ingenuidade supor que um tema afastado do debate político e das preocupações partidárias pudesse ser levado em consideração quando da definição de prioridades na elaboração de políticas públicas.

O Partido dos Trabalhadores, através da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais - SNAI, por suas características, deve

assumir em seu conjunto esses desafios. A superação das desigualdades raciais é condição fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática e socialista no Brasil.

4 – 2 O modo petista de governar e a questão racial

O modo petista de governar tem como principal marca a inovação na implementação de políticas públicas que dizem respeito às variadas formas de atuação do Estado e de seus diferentes Governos, no trato de questões ligadas à vida econômica, social e política de seus cidadãos.

Essas inovações tem sido propiciadas pela construção de um novo paradigma de governo onde ao negarmos a centralização do poder em mãos de prefeitos e governadores, negamos o segredo burocrático da arte de governar.

Procuramos colocar em segundo plano o discurso da competência técnica como condição para participação nas decisões e estamos propondo uma nova relação entre Estado e Sociedade, onde a participação dos cidadãos e de suas representações coletivas são concebidas como fundamentais.

São criados e implementados instrumentos que contemplam a participação popular, tais como o orçamento participativo, apontando, inclusive, para a incorporação e aplicação destes na própria gestão de nossos governos e ampliando-os para outras esferas como o legislativo e o judiciário.

Entretanto, percebemos que esse acúmulo ainda é insuficiente.

Nossos governos, no debate sobre políticas públicas, começam a incorporar a noção de que os grupos de cidadãos não se constituem apenas para a defesa de seus interesses mas se formam também, para a defesa e/ou ampliação de seus direitos, bem como, para a conquista de novos direitos até então inexistentes.

Essa preocupação ainda é tímida. É consequência, ainda, da pressão de nossa militância e não foi incorporada no conjunto dos nossos programas e políticas constitutivas do modo petista de governar. Precisam ser transformadas em ações concretas de políticas dirigidas a grupos específicos de jovens, mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiências e indígenas procurando recuperar uma função essencial do Estado que é assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja a promoção da igualdade de direitos.

Como exemplo, no trato das desigualdades raciais e de gênero, citamos o programa OPORTUNIDADES IGUAIS PARA TODOS, instalado pelo nosso Partido na gestão do Prefeito Patrus Ananias, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Tornou-se mais uma peça de propaganda. Não teve a sequência desejada e não foi socializada entre nossas prefeituras e atuais governos estaduais.

Outras experiências importantes existem mas não ganharam ainda visibilidade no interior do nosso Partido e na sociedade. Como exemplo citamos o fato de que a Conferência Nacional dos Prefeitos, Vices e Secretários, realizada em Brasília nos dias 8 a 10 de Julho de 1999, com o objetivo de avaliar nossas experiências de governo, não tenha incluído em seu temário o debate e a socialização de como nossos governos tem tratado estas questões.

Temos tido dificuldades na relação com prefeituras importantes que não tem percebido a importância do tratamento dessas questões em suas ações de governo. Nossos governos estaduais não podem repetir esse equívoco, entendendo apenas a nossa pressão como parte da disputa por cargos ou decorrência de uma visão corporativa da militância anti-racismo.

O modo petista de governar vai fazer parte dos debates do II Congresso. Adiantamos o nosso posicionamento: nossos governos não pode ser avaliados somente pela somatórias de nossas boas ações na saúde, na educação, no transporte ou pela participação popular na elaboração dos orçamentos. Devem ser avaliados também pelas suas lógicas, pelos seus sentidos e pelo quanto tem contribuído para a construção de uma hegemonia política e cultural nas cidades e estados que administramos.

□□3□- As ações da SNCR e as próximas eleições

Um balanço efetuado e publicizado pela SNCR, através do GT Eleições/SNCR, quanto a participação e visibilidade da questão racial negra no processo eleitoral e programático das eleições presidenciais e de governos estaduais de 1998, demonstra que também sofremos as consequências de uma campanha desmobilizada, sem a participação da militância partidária e dos movimentos sociais organizados.

Apesar da organização de algumas atividades de campanha, centralizadas e nas regiões, e da produção de uma pequena quantidade de material com o enfoque racial (um dos poucos setores do PT e da União do Povo Muda Brasil que conseguiu produzir e distribuir material específico de campanha) nossa presença foi insignificante na formulação programática.

Constatamos que erramos em não desenvolver uma campanha pelo voto racial e anti-racismo, nos moldes da campanha "Faça a Coisa Certa" que nos permitiu ter uma visibilidade própria nas eleições municipais para Prefeitos e Vereadores, no ano de 1996.

Na perspectiva de conseguirmos saldos positivos nos processos eleitorais futuros (2000 e 2002), o VI Encontro Nacional de Negros e Negras do PT aprovou a implementação de uma campanha pelo voto racial e anti-racismo. Esta campanha deve estar articulada com a propaganda do que acumulamos na formulação de políticas públicas de combate e superação do racismo através de nossos governos (estaduais e municipais) e das ações de nossos parlamentares (Senadores, Deputados Federais/Estaduais e Vereadores) com um material de campanha unificado nacionalmente, como garantia da mobilização e visibilidade da questão racial negra, visando aproveitar estes momentos para ampliação da luta anti - racismo no PT e na sociedade.

5 - UMA POLÍTICA PARA A JUVENTUDE NEGRA

*"Sonhos simples, pequenos: ver um pivete mais limpo,
frequentando a escola"*

*Grupo DLN (Defensores da Liberdade Negra)
Campinas - São Paulo*

As Secretarias de Juventude do PT tradicionalmente abrigam o movimento estudantil, e conseqüentemente reproduzem seus vícios. Aqueles que não são absorvidos pela lógica do movimento estudantil acabam se afastando, como é o caso da juventude negra que não encontra espaço para fazer suas discussões específicas. A juventude negra do PT precisa encontrar o seu espaço dentro do partido, para garantir que o partido priorize suas reivindicações específicas.

Para garantir que a questão racial seja contemplada pelo partido, é necessário que a juventude priorize o espaço da secretaria de combate ao racismo. A discussão racial deve ser feita em todos os espaços possíveis (movimento estudantil, sindicatos, etc.), mas sempre dando importância maior ao setorial de combate ao racismo, garantindo assim que o PT contemple a nossa luta por inteiro e evitando também que ela se dilua em outros setoriais.

O PT precisa priorizar questões como a cultura, rompendo com a visão de que o socialismo se constrói somente através da luta de classes, que também é importante, mas não é o único problema existente no Brasil. Se fizermos uma distribuição de riqueza igualitária mas não mudarmos a cabeça das pessoas, seus hábitos, vícios, costumes e mentalidades, o socialismo não prevalecerá. Por isso, ressaltamos a importância da discussão do racismo e da cultura, que o movimento Hip Hop mescla muito bem.

Precisamos buscar este debate dentro deste partido, porque nós "afrodescendentes" estamos também no movimento sindical, no movimento estudantil, no movimento de mulheres, movimento negro, movimento Hip Hop, ou seja, em todas as bases que constituem este partido.

Exigimos escolas de formação nacional de juventude negra para nos fortalecermos e garantirmos que este debate produza realmente a política de nossos interesses, e com o fortalecimento destas possamos levá-la para fora de nossas instâncias, ou seja, para a sociedade e com isso, assegurarmos o nosso PT e nossa identidade. Isto é o que realmente esperamos do PT.

Juventude Negra: não basta aceitá-la tem que investir

No texto aprovado pelo VI Encontro Nacional de Negros e Negras do PT percebemos que as mazelas aprofundadas com a intensificação do projeto neoliberal numa escala global, fazem com que o cenário da realização do II Congresso do PT, não se diferencie do cenário da realização do I Congresso, em 1991.

Lamentavelmente o que se observa nos dias atuais é cada vez mais um Estado ausente das áreas fundamentais para população, ou seja, da saúde, da educação, da moradia, do emprego, etc., pontos básicos que um ser humano necessita para se sentir um cidadão pleno de direitos e deveres.

Verificamos que o acirramento entre classes é cada vez mais latente e, desse acirramento, a classe detentora apenas da sua força de trabalho, o operariado, sofre as piores conseqüências que a história já registrou. A burguesia se esconde dentro do seu mundo monopolizador da riqueza e do poder, usando a tecnologia de maneira irracional para se manter no mercado capitalista concorrencial, não se privando de fechar postos e mais postos de trabalhos, para aumentar os seus lucros.

A juventude negra, surge nesse cenário, sem perspectiva de melhora de vida. Num cenário totalmente adverso, sua realidade é totalmente diferente da juventude "cara pintada", tão aclamada quando do "Fora Collor" e que representa, hoje, a juventude do PT.

É preciso que a juventude, como um todo, seja representada pelo partido, não ficando restrito apenas às políticas do movimentos estudantil. Não que essa discussão não seja importante, porém o partido tem que representar, de forma abrangente, todas os anseios que a juventude aspira, e que estão organizados nos mais diferentes setores da sociedade: hip-hop, sindicalista, rural, pastoral, etc.

A juventude negra tem a realidade de não estar nas escolas, e quando chegam a cursar algumas séries, o sistema obriga esses jovens a abandonar os bancos escolares logo nos primeiros anos. Com essa realidade, muitos pesquisadores levantam teses, até de mestrados, que a população negra não está apta ao ensino intelectual.

Na realidade, somos obrigados a largar a escola para ajudar no orçamento de casa. Ainda crianças, iniciamos nos serviços ambulantes: vendendo balas nos sinais de trânsito, sendo engraxates, tomando conta de carros. Em seguida, tornamo-nos praticamente responsáveis pela casa junto com nossas mães, que na maioria das vezes foi abandonada pelo companheiro com filhos para criar. Com tais adversidade, é praticamente impossível conciliarmos tantas atividades com a escola.

O sistema educacional não se preocupa em resgatar aspectos da identidade negra. Nossas histórias são retratadas de forma estereotipada e deturpada, não se faz referência do nosso líder Zumbi. A resistência e luta do povo negro contra a escravidão e todas as formas de opressão, quando é passada, é de forma superficial.

A juventude negra não está no mercado de trabalho formal. Pois com o insuficiente processo de formação técnica(educacional) as dificuldade para enfrentar o mercado de trabalho são imensas.

Como já foi colocado anteriormente, a automação no processo de produção das empresas está liquidando com vários postos de trabalho. Podemos citar um exemplo dessa perversa realidade, a automação do sistema de transporte público coletivo de passageiros que vem ocorrendo em diversas cidades brasileiras. Segundo o DIEESE está acarretando na dispensa de um expressivo número de cobradores, representando mais de 40% do universo de empregados nesta atividade. A juventude negra sofre conseqüência direta de tal processo.

Somos barrados também, no quesito boa aparência, que na realidade brasileira, quer dizer: cor branca, com cabelos lisos (tal afirmação explica porque nossos rostos negros não estão, por exemplo, nas boutiques dos shopping).

Mesmo dentro das esquerdas brasileiras o racismo ainda é considerado uma questão de classe, ou seja social. Com essa preocupação, resgatamos um trecho do texto produzido pelo GT de Juventude Negra, na realização do II Seminário Nacional da Juventude Negra do PT,

em agosto de 99: “ *A SNCR quer demonstrar que a questão racial não se desvincula da questão sócio-econômica. Pois é sabido que a simples ascensão sócio-econômica não elimina o racismo e o preconceito. Vivemos numa sociedade onde o valor das pessoas é atestado mais pela sua aparência do que pela sua capacidade*”

Outro tema importante é a questão da violência em relação a juventude negra. Tentando aprofundar mais um pouco, verificamos que essa triste realidade está cada vez mais presente na vida dos jovens, principalmente na da juventude negra. As estatísticas comprovam que os órgãos de segurança pública no Brasil, numa herança histórica, sempre trataram diferentemente os jovens negros e brancos. A juventude negra é alvo de grupos de extermínios e de policiais despreparados, principalmente, nas periferias dos grandes centros urbanos. Só para exemplificar, dos jovens e crianças assassinados no Brasil, 75% são negros.

Como uma das alternativas, para trabalharmos a juventude negra da periferia e mudarmos tal cenário, surge o movimento hip-hop, que expressa sua arte através da dança, da música e do grafite. Suas letras retratam e contestam a realidade dos que estão a margem da sociedade num apelo por igualdade e justiça social. Tal movimento é de extrema importância para que possamos fazer uma ponte, entre o partido e os excluídos do sistema, para trabalharmos com aqueles que não conseguem fazer uma distinção entre os partidos de esquerda e de direita, e que colocam, num grande caldeirão, todos os políticos.

Estamos vivendo numa constante miséria, na barbárie do trabalho precoce, da repetência e da ausência da escola, na violência, no desemprego que persistem na nossa realidade com um esforço da sociedade e do Estado, tornando-se um país dual, onde se conflitam estratégias de clientelismo com as de cidadania. Onde o direito da criança e do adolescente, não sai do plano teórico do Estatuto.

Uma nova discussão surge em torno da resistência da juventude negra, que conquista seu espaço na arte, mais precisamente na música, e nos esportes provando que mesmo com a ausência do Estado na interferência nas formas de ascensão social, o jovem negro, com seu potencial, tende a alcançá-la, pois as barreiras de segregação racial existentes no processo educativo e no mundo do trabalho mantêm o racismo histórico proveniente da escravidão.

Precisamos trabalhar a juventude negra junto ao Partido, mobilizando e conscientizando, para juntos continuarmos num processo contínuo de construção do Partido dos Trabalhadores. “*A juventude negra, integrante dos diversos espaços partidários, começa a ter uma forma própria de reunir, levando em consideração a especificidade da cultura do povo negro. A permanência e a constante melhoria desta forma de organização é uma meta a ser alcançada quando nos propomos reunir os jovens negros, para discutir o PT e a sociedade brasileira.*”

Temos certeza que é impossível ter transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Necessitamos de políticas de profissionalização de geração de emprego, de distribuição de renda, enfim, adoção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Continuar tratando a questão racial como assunto de segundo plano é persistirmos na manutenção de uma sociedade desigual que afeta diretamente a juventude negra.